

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 21 de fevereiro de 2022 às 08h05
Seleção de Notícias

Folha de S.Paulo | BR

Marco regulatório | INPI

Telegram, que ignora TSE, tem representante no Brasil há sete anos 3
POLÍTICA | MARCELO ROCHA

Bloomberg Línea | BR

19 de fevereiro de 2022 | Patentes

Farmacêuticas devem ajudar o mundo a se preparar para próxima pandemia 7

Telegram, que ignora TSE, tem representante no Brasil há sete anos

POLÍTICA

Empresa estrangeira deu poderes a escritório de advocacia do Rio para atuar em assunto de seu interesse junto ao governo federal

Marcelo Rocha

Brasília

O Telegram conta com representante no Brasil há sete anos para atuar em assunto de seu interesse junto ao órgão do governo federal encarregado do registro de marcas no país, ao mesmo tempo em que ignora chamados da Justiça brasileira e notificações ligadas às eleições.

Os poderes de representação foram conferidos pelo empresário russo Palev Durov, um dos fundadores e CEO da empresa, ao escritório Araripe & Associados, com sede no Rio de Janeiro.

Enquanto isso, a plataforma tem escapado de ordens e pedidos de autoridades brasileiras, inclusive do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do STF (Supremo Tribunal Federal), que fazem tentativas de contato sobre demandas envolvendo publicações na rede social.

O Telegram é visto como uma das principais preocupações para as eleições de 2022 devido à falta de controles na disseminação de fake news e se tornou também alvo de discussão no Congresso e no TSE para possíveis restrições em seu funcionamento no Brasil

A Folha teve acesso a procurações assinadas por Durov e que compõem o processo do registro da marca do aplicativo de mensagens instantâneas em tramitação no **INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). A primeira delas é datada de fevereiro de 2015.

De acordo com os documentos, os advogados do escritório foram nomeados para "representar o outorgante [Telegram] perante as autoridades administrativas ou judiciais do Brasil" como objetivo de "obter e defender direitos relativos a propriedade industrial".

Eles estão autorizados também a "receber citações judiciais relativas à matéria de propriedade industrial".

Amplamente usada pela militância bolsonarista, a ferramenta é hoje um dos desafios das autoridades brasileiras engajadas no combate à desinformação eleitoral. Até o momento, elas não tiveram sucesso em estabelecer um contato com os responsáveis pela plataforma.

O presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, enviou ofício a Durov, mas não há, segundo a corte, "registro de resposta ou confirmação de recebimento". O Ministério Público Federal também não obteve retorno.

O Araripe & Associados deu entrada no processo junto ao **INPI** em 2015. O registro foi aprovado em julho de 2017, com validade inicial de dez anos. A medida garante que nenhuma outra empresa use a marca Telegram no Brasil, dando a exclusividade à companhia estrangeira.

À Folha o escritório se limitou a confirmar a existência de contrato vigente para atuar em nome do aplicativo "exclusivamente" em assunto de propriedade intelectual

Afirmou que, por razões legais, não poderia divulgar nomes e outros detalhes sobre a relação comercial mantida com a empresa com sede em Dubai, nos Emirados Árabes.

Continuação: Telegram, que ignora TSE, tem representante no Brasil há sete anos

A banca de advocacia disse ainda que foi escolhida por intermédio de um escritório estrangeiro que atende o Telegram, mas que também não poderia indicar qual.

Após a concessão do registro pelo **INPI** em 2017, pelo menos quatro outros pedidos da plataforma foram protocolados junto ao órgão, seja para alterar informação sobre a sede, seja para transferir a titularidade da marca entre empresas do mesmo grupo.

O registro inicial foi feito em nome do Telegram Messenger LLP. Houve a transferência para o Telegram Systems LLP e, atualmente, o cessionário é o Telegram FZ-LLC, com sede em Dubai.

Segundo o processo, foram realizados pagamentos de registro e manutenção da marca que somam, em valores atuais, pouco mais de R\$ 2.400. Conforme mostrou a Folha, a empresa ignora há cerca de seis meses uma determinação do STF para retirar do ar publicação de Jair Bolsonaro (PL) com informações falsas sobre as urnas eletrônicas.

Em agosto, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, ordenou que uma publicação do mandatário sobre a suposta vulnerabilidade das urnas fosse apagada do aplicativo. O texto, porém, segue no ar.

Outras redes sociais, como o Twitter e o Instagram, cumpriram a decisão do magistrado e derrubaram o conteúdo. O Telegram nem sequer se manifestou no inquérito.

Bolsonaro lidera com vantagem o uso da plataforma como ferramenta de comunicação direta com seus apoiadores. Tem hoje mais de 1 milhão de seguidores inscritos.

À frente nas pesquisas de intenções de voto para as eleições, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criou um canal na rede em junho de 2021 e tem pouco mais de 47 mil seguidores.

Bolsonaro tem convocado apoiadores a se inscreverem em seu canal no serviço de comunicação, onde divulga suas ações. Recentemente, ele chamou de covardia o cerco à plataforma e disse que o governo está "tratando" do assunto.

A Folha perguntou ao Palácio do Planalto o que estaria em discussão no Executivo e que poderia estar relacionado ao funcionamento do aplicativo. Não houve resposta.

Com pouca moderação e uma estrutura propícia à viralização, a plataforma é uma das preocupações do TSE para as eleições. A ferramenta conta com grupos de 200 mil integrantes e canais com número ilimitado, caso de Bolsonaro.

Ministros temem que a plataforma seja o principal canal para o presidente e seus aliados disseminarem declarações falsas sobre supostas fraudes nas eleições.

A preocupação aumenta em razão da falta de resposta ao ofício enviado por Barroso à direção do Telegram no intuito de formalizar uma cooperação de combate a fake news.

A carta foi enviada a dois endereços eletrônicos de Durov e para a sede do aplicativo nos Emirados Árabes, no mesmo local indicado no processo da marca junto ao **INPI**.

O TSE criou o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação e, na semana passada, foram firmados memorandos de entendimento com as plataformas Twitter, TikTok, Facebook, WhatsApp, Google, Instagram, YouTube e Kwai. O Telegram deveria estar inserido nesse contexto.

Os acordos contemplam ações e projetos que serão desenvolvidos em conjunto pelo tribunal com cada empresa para mitigar o impacto nocivo da desinformação.

Continuação: Telegram, que ignora TSE, tem representante no Brasil há sete anos

Barroso entende que os serviços de comunicação com papel relevante no pleito não podem operar no país sem representação jurídica adequada, responsável pelo cumprimento da legislação nacional e das decisões judiciais.

A dificuldade de alcançar a plataforma está inserida em um debate sobre os desafios de tornar legislações nacionais efetivas no mercado globalizado da internet.

Na Alemanha, com cerca de 8 milhões de usuários, o Telegram vinha igualmente se recusando a conversar com autoridades que enfrentam ações de grupos extremistas.

A plataforma mudou recentemente de postura com a sinalização de que medidas mais drásticas poderiam ser adotadas, incluindo o seu banimento do país. Bloqueou mais de 60 canais usados por radicais em atendimento a um pedido da polícia alemã.

-

Entenda o caso Telegram

O que é Telegram?

É um aplicativo de mensagens com funcionamento parecido com o do WhatsApp. Além de ter alta capacidade de viralização, com grupos que podem comportar até 200 mil membros, o Telegram possui uma dinâmica que se assemelha muito mais a redes sociais. Apesar disso, não modera conteúdo - a não ser em casos como de terrorismo

Qual é a preocupação do TSE?

Como a empresa tem uma postura de nenhuma cooperação e não tem sede nem representante legal no Brasil, o tribunal tem dificuldade de fazer a legislação nacional ser efetiva. Diante de uma atuação mais proativa das principais redes sociais em moderar conteúdos, grupos bolsonaristas têm migrado

para plataformas que possuam regras menos restritivas ou até mesmo nenhuma moderação, como o Telegram

Quais medidas são estudadas no Brasil?

Há dois cenários sob avaliação: aceitar o crescimento desenfreado de uma plataforma que não atende aos contatos do Judiciário brasileiro ou bloquear o Telegram até que a empresa

passe a dialogar. Essa segunda opção gera preocupação em especialistas na área, dadas as possíveis consequências da medida, que está inserida em um complexo debate não só da perspectiva legal como técnica

O que Bolsonaro diz sobre isso? O Telegram é atualmente um dos canais de comunicação prediletos de Bolsonaro, usado para divulgar ações de sua administração. Conta hoje com mais de um milhão de seguidores. Em janeiro, o presidente chamou de covardia a investida do TSE contra o Telegram e indicou que estuda medidas sobre o tema

O que diz a lei atual?

O fato de uma empresa não ter sede nem representação legal no país não significa que ela não tenha que obedecer à legislação brasileira. No Congresso, o projeto de lei das fake news pretende tornar obrigatório que redes sociais e aplicativos de mensagens tenham representantes legais no país. Nesse caso, as penalidades mais severas são a proibição de seu funcionamento no país e a suspensão temporária.

As punições mais leves são a advertência e a multa

-

"Para atuar no Brasil e ser um ator relevante no processo eleitoral brasileiro, qualquer plataforma e qualquer entidade precisa estar submetida à legislação

Continuação: Telegram, que ignora TSE, tem representante no Brasil há sete anos

brasileira e às decisões da Justiça brasileira. Não é esta terça-feira (22), durante entrevista à Folha [só] o Telegram"

Luís Roberto Barroso

presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) até

Farmacêuticas devem ajudar o mundo a se preparar para próxima pandemia

Moderna, Pfizer e BioNTech deveriam emprestar seu conhecimento a um esforço sul-africano para criar novas vacinas de mRNA Tempo de leitura : 5 minutos

Bloomberg Opinion - Uma empresa de biotecnologia sul-africana recriou pequenas quantidades da vacina da Moderna (MRNA) contra covid-19. A conquista, feita em parceria com a Organização Mundial da Saúde, faz parte de um plano mais amplo para ajudar os países de baixa e média renda a se tornarem menos dependentes dos fabricantes de medicamentos dos Estados Unidos e da Europa, que demoram a enviar suas vacinas.

A OMS está investindo US\$ 100 milhões ao longo de cinco anos para desenvolver um hub de mRNA na África do Sul, com conhecimento centralizado na Afrigen Biologics and Vaccines. Espera-se que a Afrigen compartilhe o know-how que desenvolve com outros países ansiosos para estabelecer sua própria infraestrutura de vacinas. e são os próximos da fila.

Esse plano ambicioso pode preparar países para responder melhor a futuras pandemias - bem como a mazelas atuais, como malária e tuberculose. Também é exatamente o tipo de programa que pode perder força quando a ameaça da covid se tornar menos aguda e a atenção global mudar para outro lugar.

Para garantir que o impulso continue, empresas como Moderna, Pfizer (PFE) e BioNTech (BNTX) devem colaborar compartilhando seu conhecimento de fabricação de vacinas.

O objetivo da Afrigen é projetar e, com o Instituto Biovac (outro parceiro da rede da OMS), fabricar uma nova vacina. A cópia da vacina Moderna tem sido muito comentada, mas os cientistas sul-africanos desejam, em última instância, criar sua própria pro-

priedade intelectual.

PUBLICIDADE

A intenção original era licenciar propriedade intelectual da Moderna ou da Pfizer/BioNTech. Em outubro, quando a OMS disse que havia contratado a Afrigen para elaborar a receita da vacina Moderna, a agência global de saúde parecia confiante de que as empresas concederiam acesso às suas tecnologias. Depois que as tentativas de envolvê-las não deram certo, o grupo mudou sua estratégia para desenvolver uma vacina separada.

Idealmente, a vacina criada pela Afrigen finalmente será uma vacina de mRNA relativamente fácil e barata de produzir e estável à temperatura ambiente - ou pelo menos na geladeira - para que seja prática em locais com distribuição irregular.

A Afrigen conseguiu produzir a vacina da Moderna em microlitros, analisando documentos publicamente disponíveis que detalhavam seus vários componentes. Um feito impressionante, mas "microlitros é a palavra-chave", disse Patrick Arbutnot, especialista em terapia genética da Universidade de Witwatersrand, que está ajudando no projeto. Isso é o suficiente para vacinar um camundongo. Fazer o suficiente para um país ou continente inteiro é uma proposta diferente.

Garantir todos os componentes para fazer uma vacina não será fácil. Uma necessidade específica se trata das grandes quantidades de bases modificadas - blocos de mRNA que adaptados para sobreviver ao ambiente inóspito das células vivas - e as enzimas usadas para ligá-las. Outra está relacionada aos lipídios que formam uma bolha protetora ao redor do mRNA à medida que este viaja para as células. Esses componentes de nanopartículas lipídicas ficaram escassos durante a pandemia. As empresas de ma-

Continuação: Farmacêuticas devem ajudar o mundo a se preparar para próxima pandemia

nufatura aumentaram a capacidade no ano passado, mas a fila de clientes é muito longa.

PUBLICIDADE

Petro Terblanche, CEO da Afrigen, disse que o marco da vacina de sua empresa teria sido alcançado há três meses, não fosse a longa espera por essas matérias-primas essenciais - e isso foi apenas para fazer uma dose da vacina para um camundongo.

Obstáculos técnicos impedem a passagem de camundongos para milhões de humanos. As empresas de vacinas devem documentar para as autoridades reguladoras cada etapa de seu processo de fabricação, e Terblanche diz que a vacina da Moderna tem 900 etapas.

Muitas coisas precisam dar certo para que esse esforço seja bem-sucedido.

A ajuda da Moderna e da Pfizer/BioNTech pode melhorar significativamente suas chances. A Afrigen e a OMS também ficariam felizes com a ajuda de qualquer uma das outras empresas que possuem vacinas contra covid baseadas em mRNA ainda em desenvolvimento.

Até agora, as empresas só opinaram sobre o tema das patentes. A Moderna disse que não aplicará suas patentes de vacina durante a pandemia. A Pfizer tem sido mais relutante. Ano passado, quando o presidente Joe Biden endossou a renúncia aos direitos de patente sobre as vacinas contra covid, o CEO da Pfizer, Albert Bourla, argumentou que isso prejudicaria a capacidade de a empresa de acessar matérias-primas e desincentivaria as empresas de fazer investimentos arriscados em futuras pandemias. Enquanto isso, a BioNTech vem trabalhando ati-

vamente para minar os esforços da Afrigen, segundo relatório recente do periódico BMJ, alegando que o motivo foi **violação** de patente.

PUBLICIDADE

No entanto, as patentes, embora úteis, não são o problema principal. A Afrigen pode criar a própria vacina. No entanto, o processo pode ficar estagnado por anos, a menos que as grandes fabricantes de vacinas compartilhem seu know-how para produzir em grande escala.

Ao resistir aos apelos de ajuda da OMS, as empresas implicam que o negócio de vacinas é muito complicado para qualquer país sem um próspero ecossistema biofarmacêutico - então é melhor deixar as empresas americanas e europeias lidarem com isso. Tanto a Moderna quanto a BioNTech estão construindo unidades na África para fornecer ao continente suas próprias vacinas contra covid. E a Pfizer fez uma parceria com a Biovac para colocar sua vacina em frascos e distribuí-la. Todos esses esforços para distribuir vacinas contra a covid em todo o mundo são necessários e bem-vindos.

Mas também é essencial que os países de baixa e média renda possam ter a capacidade de desenvolver as próprias vacinas. É do interesse dos governos dos EUA e da Europa investir para garantir que o ímpeto do esforço da Afrigen continue enquanto o surto de covid-19 diminui - para que todos os países possam enfrentar melhor o próximo surto de covid e a próxima pandemia. Moderna e Pfizer/BioNTech só precisam emprestar seu conhecimento.

Esta coluna não reflete necessariamente a opinião do conselho editorial ou da Bloomberg LP e de seus proprietários.

Continuação: Farmacêuticas devem ajudar o mundo a se preparar para próxima pandemia

Lisa Jarvis, ex-editora executiva do Chemical & Engineering News, escreve sobre biotecnologia, novos medicamentos e indústria farmacêutica para a Bloomberg Opinion.

Veja mais em [Bloomberg.com](https://www.bloomberg.com)

Leia também

© 2022 Bloomberg L.P.

PUBLICIDADE

--Este texto foi traduzido por Bianca Carlos, localization specialist da Bloomberg Línea.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3

Patentes
7